

# DEMOCRACIAS, LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

LATINO-AMÉRICA ENTRE  
TEORIAS E PRÁTICAS

ORGANIZADORES

GUILLERMO ALFREDO JOHNSON

ILSE GOMES SILVA

BERENICE GOMES DA SILVA



Guillermo Alfredo Johnson  
Ilse Gomes Silva  
Berenice Gomes da Silva  
(Organizadores)

DEMOCRACIAS, LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS -  
LATINO-AMÉRICA ENTRE TEORIAS E PRÁTICAS

São Luís



**EDUFMA**

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Profa. Dra. Nair Portela Silva Coutinho  
Reitora  
Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva  
Vice-Reitor

EDITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira  
Diretor

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Esnel José Fagundes  
Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva  
Prof. Dr. Luciano da Silva Façanha  
Profa. Dra. Andréa Dias Neves Lago  
Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima  
Bibliotecária Tatiana Cotrim Serra Freire  
Prof. Me. Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovilla Luz  
Prof. Dr. Jardel Oliveira Santos  
Profa. Dra. Michele Goulart Massuchin  
Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi

**Revisão**

Regina Célia Veiga e Mariana Mendes Costa

**Capa**

Ataualpa dos Santos Pereira

**Projeto Gráfico**

Marise Massen Freiner  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Elaborada pela Biblioteca Central da UFMA

Democracias, lutas e movimentos sociais Latino-América entre teorias e práticas / Guillermo Alfredo Johnson, Ilse Gomes Silva, Berenice Gomes da Silva (Organizadores). — São Luís: EDUFMA, 2019.

321 p.

ISBN 978-85-7862-897-0

1. Democracia – América Latina. 2. Movimentos Sociais – América Latina. 3. Política. I. Johnson, Guillermo Alfredo. II. Silva, Ilse Gomes. III. Silva, Berenice Gomes da.

CDD 321.898 0  
CDU 321.7 (8=6)

*Falam muito de colonização. Mas isso foi coisa que eu duvido que houvesse. O que fizeram esses brancos foi ocuparem-nos. Não foi só a terra: ocuparam-nos a nós, acamparam no meio de nossas cabeças. Somos madeira que apanhou chuva. Agora não acendemos nem damos sombra. Temos que secar à luz de um sol que ainda não há. Esse sol só pode nascer dentro de nós.*

*Mia Couto, O último voo do Flamingo*

## LISTA DE SIGLAS

ALN	Ação Libertadora Nacional
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ARES	Associação para o Resgate Social
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base do Brasil
CETA	Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNI	Congresso Nacional Indígena
COCOPA	Comissão de Concordia e Pacificação
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agri- cultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRB	Curso de Realidade Brasileira
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EZLN	Ejército Zapatista de Liberación Nacional
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GEHLAL	Grupo de Estudos de Hegemonia e Lutas na Améri- ca Latina
GEOGRA FAR	Geografia dos Assentamentos na Área Rural

GEPOLIS	Grupo de Estudos de Políticas, Lutas Sociais e Ideologias
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAM	Museu De Arte Moderna
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MAREZ	Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas
MBL	Movimento Brasil Livre
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MESP	Movimento” Escola Sem Partido
MINICOM	Ministério das Comunicações
MST	Movimento dos Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OJC	Organização Jaime Câmara
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Ação Integral à Saúde da Mulher
PAN	Partido Acción Nacional
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PESP	Projeto Escola Sem Partido
PGR	Procuradoria Geral da República
PIB	Produto Interno Bruto
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa nas Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRD	Partido de La Revolución Democrática
PRD	Partido da Revolução Democrática

PRI	Partido Revolucionário Institucional
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONATEC	Programa Nacional De Acesso Ao Ensino Técnico E Emprego
PRONERA	Programa Nacional de Educação para Áreas de Reforma Agrária
PSP e L	Partido Socialista do Reino de Polônia e Lituânia
PT	Partido dos Trabalhadores
RBS	Rede Brasil Sul de Comunicação
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SECADI/MEC	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Inclusão do Ministério da Educação
SRB	Sociedade Rural Brasileira
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TCU	Tribunal de Contas da União
UDR	União Democrática Ruralista
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande Do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESCO	Organização Das Nações Unidas Para Educação, Ciência E Cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas Para a Infância
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Apresentação

Se o desafio por compreender a contemporaneidade tem sido uma constante dos pensadores humanistas na História, a presente conjuntura enfatiza essa inquietação com renovada ênfase. A atualidade do mito da Esfinge de Tebas parece contundente: “decifra-me ou te devoro”. Tal é a força com que os processos políticos têm se sucedido na América Latina, nestes últimos tempos. Com o intuito de contribuir com o debate contemporâneo é que congregamos um amplo leque de pesquisadoras(es) de diversas cidades e regiões brasileiras para analisar aspectos não somente nacionais, senão refletir em torno das dinâmicas das políticas em um contexto mais abrangente e, a partir de diversos pontos de vista das Ciências Humanas.

A presente obra é resultado de uma conjunção de pesquisas recentes, surgida por iniciativa de membros do Grupo de Estudos de Políticas, Lutas Sociais e Ideologias (GEPOLIS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). A esta iniciativa somaram-se membros do recentemente formado Grupo de Estudos de Hegemonia e Lutas na América Latina (GEHLAL), também vinculado à UFMA, assim como vários pesquisadoras(es) de diversas Instituições de Ensino Superior Público do Brasil.

Em tempos desafiadores para a defesa das diversidades, nós temos realizado um esforço por considerar as universalidades e singularidades que têm caracterizado a situação social no presente século. A presente obra, “Democracia, lutas e movimentos sociais – Latino-América entre teorias e práticas” representa a materialização das elaborações intelectuais de colegas que vêm construindo uma leitura crítica dos rumos que temos percorrido e a percorrer. Nesse intuito, organizamos os trabalhos em duas



grandes partes que não representam uma divisão taxativa, ao mesmo tempo em que se complementam, pois veremos que as lutas e movimentos sociais possuem intensa imbricação com os debates por democracia e lutas sociais.

Assim, a primeira parte inicia com um ensaio teórico em torno das relações entre as dinâmicas apresentadas pelos Estados, pelas lutas e pelos movimentos sociais na América Latina em uma abordagem abrangente e contemporânea. Os vínculos indissociáveis da cultura como dimensão constitutiva do Movimento dos Trabalhadores sem Teto são apresentados a partir de um frutífero trabalho de campo. Continuando a debater os movimentos sociais, o próximo texto é um resultado de pesquisa que analisa a política e a ideologia do MST no Maranhão. Na esteira dessa temática, o necessário debate em torno da elaboração das políticas públicas de educação no campo perfaz a trajetória da sua formação como conquista de lutas históricas dos camponeses. Ampliando o escopo analítico, as lutas dos povos indígenas mexicanos são apresentadas como trajetória e teleologia alternativa de uma transformação social profunda, referenciando-se na persistente construção de uma singular episteme. Como forma de aceitar o desafio apresentado pelo texto anterior, o seguinte busca reavaliar as estratégias e possibilidades organizativas de uma experiência nascida das lutas do campo no sul baiano. A emergência, após longa história de luta, da organização das mulheres negras em uma articulação da raça, classe e gênero completa, magistralmente, essa primeira parte, enfatizando o singular e universal que caracteriza a coletânea.

O presente século tem renovado os desafios para as questões democráticas, sendo que no seu início diversas experiências de ampliação da democracia ocuparam os debates, mas na atualidade temos timidamente relembro as diatribes de décadas atrás. Para contribuir nesse debate no âmbito das lutas sociais, o primeiro texto organiza o debate democrático tomando como referência as teses de Rosa Luxemburgo. Em consonância com essa abordagem, o seguinte artigo vincula o feminismo com a necessidade de uma radical soberania coletiva e crescente participação política.

Uma aproximação com essas elaborações visa compreender como os ataques à democracia e às conquistas das lutas sociais repercutem negativamente nas lutas das mulheres brasileiras. No capítulo seguinte analisa-se os embates pela concepção dos rumos que as lutas apresentam no período recente, principalmente dos perigos da fragmentação, decorrentes da emergência de questões das identidades dos movimentos sociais.

Os dois capítulos seguintes destacam a importância de avançar na de(s)colonização do pensamento ante a ortodoxia imposta, sendo que colocam na ordem do dia o seu funcionamento ao questionar a adequação da categoria de movimentos sociais para as organizações sociais que pugnam pela manutenção da desigualdade. Nesta senda, a dimensão da concentração dos meios de comunicação de massas ergue-se em um aspecto relevante para compreender aquela subalternização da qual os capítulos anteriores referiram. As lutas sociais pela democracia, que se relacionam com a expressão cultural dos diversos segmentos da sociedade, nessa imbricação dialética entre o singular e o universal, afloram novamente no último capítulo ao analisar as relações do neoliberalismo e o bumba-meu-boi no Maranhão.

O pensamento crítico não é somente indispensável como inelutável em tempos de intensificação das desigualdades sociais. A demanda por neutralidade, nesses contextos, fortalecem a opressão e a exploração.

Esses escritos pretendem contribuir com a busca por uma transformação social tão profunda, quanto possamos construir.

*Guillermo Alfredo Johnson, Ilse Gomes Silva e Berenice Gomes da Silva*  
*Organizadores*

## SUMÁRIO

<b>PARTE I - LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS</b>	<b>12</b>
1 Dinâmicas Estatais, Lutas e Movimentos Sociais na América Latina <i>Guillermo Alfredo Johnson</i>	13
2 Política e Cultura uma Interpretação da Experiência do MTST <i>Jair Pinheiro</i>	32
3 Prática Política e Ideologia na Experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Maranhão <i>Ilse Gomes Silva</i>	73
4 Participação, Movimentos Sociais e Sindicais e Políticas Públicas de Educação do Campo no Brasil <i>Marinalva Sousa Macedo</i>	92
5 A Proposta Zapatista: Autonomia Indígena e Saberes Emergentes <i>Victoria Darling</i>	111
6 Repensando o Micro Fórum de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania no Sul da Bahia <i>Augusto Marcos Fagundes Oliveira</i>	132
7 Mulheres Negras em Movimento e a Articulação de Classe, Gênero e Raça <i>Renata Gonçalves</i>	151
<b>PARTE II - DEMOCRACIAS E LUTAS SOCIAIS</b>	<b>169</b>
8 A Democracia e a Rosa Vermelha <i>Davide Giacobbo Scavo</i>	170

9	Movimentos Feministas e suas Contribuições para Pensar uma Democracia Plural e Inclusiva	192
	<i>Maria Mary Ferreira</i>	
	<i>Hildete Pereira de Melo</i>	
10	A Marcha das Margaridas: das Lutas pela Democracia ao Desmonte das Políticas Públicas com o Golpe de 2016 no Brasil	215
	<i>Berenice Gomes da Silva</i>	
11	Movimentos Sociais e a Questão da Identidade: uma Pequena Introdução a um Debate Teórico	239
	<i>Joana A. Coutinho</i>	
12	Decolonizar a "Linguagem": Novas Possibilidades para Formulação de uma Teoria Crítica Sobre as Ortodoxias do Contemporâneo	252
10	<i>Esmael Alves de Oliveira</i>	
13	O Direito à Comunicação e o Poder da Mídia Tradicional	268
	<i>Priscilla Pereira da Costa</i>	
14	Cultura Popular em São Luís do Maranhão nos Anos 90: bumba-meu-boi no contexto do neoliberalismo	290
	<i>Luana Tereza de Barros Vieira Rocha</i>	
	Sobre as autoras e autores	316

## Capítulo 5

### A Proposta Zapatista: autonomia indígena e saberes emergentes

*Victoria Darling*

#### INTRODUÇÃO

110 A presença de comunidades indígenas, organizadas politicamente em sociedades de condição multisocietal tem sido tema de crescente interesse, ao longo dos últimos anos, na América Latina. O caso do Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), em particular, tem desencadeado inúmeras contribuições analíticas das Ciências Sociais. Recentemente, o anúncio do seu envolvimento, fazendo parte do Congresso Nacional Indígena, na definição de uma candidata mulher indígena para concorrer às eleições presidenciais, desse ano, surpreendeu a opinião pública, especialistas e estudiosos dos movimentos sociais. Nesse clima de debate sobre as estratégias políticas indígenas, apresentamos o seguinte artigo, que compreende um entremeado argumental composto por três linhas de análise.

Em primeiro lugar, realizamos uma leitura dos principais elementos que compõem os objetivos de luta dos zapatistas em chave sincrônica, de maneira a explicitar, as instâncias nas quais o EZLN propôs um diálogo com o Governo Mexicano. Acreditamos que um *racconto* sintético pode colaborar em criar um cenário conceitual compartilhado de referência, a partir do qual seja possível entender a deflagração da autonomia. O *racconto* focaliza-se nos momentos constitutivos do movimento. Segundo o soci-

ólogo boliviano, Zavaleta (1986, tradução nossa), trata-se dos momentos cruciais na história, nos quais se forja uma sociedade na sua especificidade.

Um momento constitutivo é um momento de edificação social na conjuntura do fluxo do social; é um momento de produção de uma ordem social, no que também, todavia que nem sempre, organiza-se uma forma de dominação e governo. Na produção de uma ordem tem um processo de institucionalização; um processo de articulação ou configuração de um horizonte de sentido que bosqueja os limites da experiência social. (TAPIA, 2008, p.112, tradução nossa).

Trata-se então, de momentos de intensidade política que ficam na memória dos povos; no caso, das comunidades. A recuperação dessas instâncias permitirá avanços na compreensão da estratégia atual, aparentemente antagônica com o discurso sustentado, desde o ano de 2006, na outra Campanha. Entender as instâncias de proposta de negociação habilita interpretações coerentes, acerca do intuito de participação política do EZLN, apoiando uma candidatura à Presidência da República para 2018. Vinculado a esse percurso, planteamos uma hipótese que remete à seguinte afirmação: em diversos processos sociais de confrontação da ordem, na América Latina, o opressor termina gerando como consequência não desejada das suas próprias ações, aquilo que mais teme, aquilo que se encontra nas antípodas da sua proposta de construção de ordem. Com suas ações logra que o oprimido realize justamente aquilo que estava proibido ou que, até o momento, não tinha pensado como possibilidade. No caso, a autonomia zapatista seria consequência não desejada, em parte do bloqueio de negociação com o Estado. Uma ordem antagônica ao monopólio estatal. Aqui é possível ler o movimento dialético entre o Estado e o movimento.

Numa segunda linha de análise, propomos discutir algumas das teses que a esquerda tradicional sinaliza como limites da ação revolucionária zapatista. Apontamos as dissonâncias na procura de acercarmos ao enten-

dimento das razões da ruptura que mantem alguns movimentos e partidos de esquerda com os zapatistas em termos de táticas e estratégias.

Essas críticas permitem compreender em parte, a fragmentação da esquerda na construção de um horizonte pós-capitalista e, ao mesmo tempo, a importância que o aspecto teórico tem na elaboração de estratégias cristalizáveis na prática. Algumas luzes dessa recuperação analítica questionam, aliás, o modo de ver a realidade social, desvelando a dificuldade de construir um projeto alternativo aglutinador, consensual, alternativo.

Em terceiro lugar, integrando os pontos anteriores, propomos explorar uma introdução à dimensão epistêmica da *práxis* zapatista. Entendemos que a partir de um diagnóstico forjado pelo Subcomandante Galeano, em 2007, relativo à *distância entre realidade social e construção de conhecimento*, é possível achar uma contribuição valiosa para as Ciências Sociais atuais.

A metodologia utilizada para essa pesquisa remete à análise de fontes primárias e secundárias. Para a recuperação das propostas de diálogo levadas adiante, entre o governo e o EZLN, foi realizado um levantamento hemerográfico, de artigos jornalísticos publicados entre os anos de 1994 e 2015, em particular, recuperando exemplares do jornal *Reforma* e *La Jornada*. Para dar conta da perspectiva epistêmica do zapatismo foram analisadas as sete conferências compartilhadas pelo Subcomandante Galeano, nomeadas “*Ni el centro ni la periferia*”, no marco do Primeiro Colóquio Internacional Andrés Aubry *in memoriam*, realizado em San Cristóbal de las Casas, em dezembro de 2007. Também, foram relevados outras matérias, como os cadernos de primeiro grau do curso *La libertad segundo k@s zapatistas*, ou *la Escuelita*, de 2014. Finalmente, foram realizadas entrevistas a intelectuais que trabalham o tema no México, em meados de 2017.

### O pêndulo: confrontação e diálogo com o Estado

Os zapatistas não constituem uma guerrilha tradicional e para constatá-lo, tem se expressado a partir de uma forte crítica às guerrilhas contemporâneas. A partir de entrevistas informais e testemunhas soube-se que os zapatistas iniciam suas ações se separando de um grupo guerrilhei-

ro mexicano que, com influências marxista-leninistas, desenvolvia-se de maneira clandestina, nos anos oitenta. O EZLN começa o seu trabalho de comunicação e exposição pública, formalmente em 1994, a partir da primeira Declaração da Selva Lacandona, que consiste de maneira sintética em uma declaração de guerra ao Estado.

No documento declara-se a guerra ao Governo Mexicano e ao Presidente Carlos Salinas de Gortari, manifestando-se um pedido de apoio à sociedade civil, apelando à forças políticas que se sentiram agraciadas. As demandas exigidas são trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz (EZLN, 1994, tradução nossa). Não só se realiza uma análise da situação dos indígenas do México, apelando à Constituição; mas também, consistem em um chamado a somar forças. Sem ser uma guerrilha, porém constituindo um exército popular-indígena armado, o EZLN conseguiu ocupar sete cabeceiras municipais no Estado de Chiapas e lançar a chamada internacional.

Depois da deflagração da revolução, a partir de quais circunstâncias o EZLN dispõe-se a negociar com o Governo? O EZLN, em pouco tempo, recebeu múltiplas declarações de apoio, e também, a visita de intelectuais e estudantes, analistas, jornalistas e políticos, que foram na região de conflito manifestar o seu comprometimento com a causa. Essas caravanas constituem um nítido apoio a uma das primeiras manifestações de mediação e abertura ao 'diálogo' entre a *Comandância*—formada por Marcos e vinte indígenas representantes do Comité Clandestino Revolucionário Indígena —, Manuel Camacho Solís, Comissário para a Paz enviado pelo Governo Federal, encabeçado por Salinas de Gortari e a Igreja de San ~~Francisco de Chiapas~~ representada por Mons. Samuel Ruiz. Essa inst foi denominada "conversações da Catedral" e se estenderam de fevereiro a março de 1994.

O primeiro sinal de diálogo de fato foi a deposição das armas e o início das negociações formais com o Governo, mediado por acadêmicos, sacerdotes e jornalistas. Daqui, os acordos formalizados em 1995, receberam o nome de *Acordos de San Andrés* ou *Sacamch'en dos pobres*. Os diálogos



que culminaram nos acordos foram construídos e negociados por meses, em nove grupos de trabalho, que debateram temas em torno aos direitos e à cultura indígena. As negociações culminaram em fevereiro de 1996, tomando a forma de um pacto público, denominado por Comissão de Concordia e Pacificação (COCOPA) e representantes do EZLN. Os acordos comprometeram o Presidente, a enviar ao Congresso uma iniciativa de reforma constitucional para reconhecer os direitos indígenas consensuados, dentre os quais: as suas autoridades, direitos coletivos ou comunitários, as suas formas de representação, autonomia na extração dos recursos vinculados aos seus territórios e o reconhecimento dos seus modos de impartir de justiça. Tratava-se de um novo marco jurídico.

O certo é que aconteceu uma mudança de rumo, o que foi considerado uma traição do Presidente Ernesto Zedillo que, apoiado por todos os partidos políticos, manifestou-se pela rejeição da proposta de reforma constitucional.

Essa instância foi a primeira ação manifesta do Governo em tanto resposta aos indígenas de Chiapas. Passo a passo, aliás, o Estado foi redobrando as suas ações repressivas. Não só se mantiveram os assédios às comunidades na mão do Governador Albores, se não que na escalada de violência assumiram protagonismo forças paramilitares multiplicadas nos territórios zapatistas. O massacre de Acteal, em 1997, foi mais uma resposta do Estado às demandas das comunidades indígenas<sup>48</sup>. Frente aos intentos de alguns Senadores de limitar os acordos em outro tipo de propostas supostamente ‘menos radicais’, o Exército Zapatista retirou-se do espaço de diálogo público estabelecido.

No Ano 2000, esperançados com a alternância política com a assunção de Vicente Fox *Partido Acción Nacional*, o

48 O massacre de 45 indígenas em Acteal, acontecido no dia 22 de dezembro de 1997, foi consequência da política oficial para desarticular aos indígenas de San Pedro Chenalhó, que optaram pelo caminho da resistência e a construção de formas de autogoverno. Foi um massacre perpetrado por paramilitares, protegidos por autoridades civis e militares.

EZLN promoveu novas condições para reandar o diálogo com o Governo. Nesse sentido, reconfigurou-se a proposta COCOPA e, convocou-se a uma caravana de Chiapas ao Zócalo da Cidade do México. Recuperando a memória do pêndulo que percorre o vínculo do EZLN com a sociedade civil e o Governo, poderíamos afirmar, que esse foi o momento de maior visibilidade, reconhecimento e apoio ao movimento.

Em março de 2001, logo de 37 dias de caminhada, os zapatistas pediram para tomar a palavra no Congresso. Com posterioridade ao Terceiro Congresso Nacional Indígena (CNI), com uma presença midiática surpreendente, o Senado enviou um ditame unânime chamado: “a contrarreforma indígena”. A publicação dessa reforma no *Diário Oficial*, do dia 14 de agosto de 2001, foi precedida da votação dos Deputados do Partido de La Revolución Democrática (PRD) em contra, apesar do voto a favor dos seus Senadores (GOMEZ, 2010, tradução nossa). O Supremo Tribunal decretou, declarando improcedentes as controvérsias indígenas oportunamente planteadas, que alcançaram as 330 objeções. Em concreto, no ano de 2001, os três poderes do Estado articularam-se para impor um freio ao diálogo com os zapatistas e os indígenas, em geral, rejeitando a legalização dos seus direitos, antes virtualmente reconhecidos através dos Acordos de San Andrés.

Tempo depois, o Governo de Felipe Calderón, em 2006, e até 2012, continuaria essa política, assegurando que o tema dos zapatistas ‘se justifica pela marginalização e a miséria’, como afirmou em 2011, em Chiapas (CALDERON, 2011, tradução nossa). Cabe destacar, que os zapatistas lançaram “*a Outra campanha*” em 2006, a qual consistiu em ações cristalizadas em um documento de taxativo rompimento com os canais institucionais de diálogo e concertação com as forças do Estado. É uma proposta de militância, persistência na autonomia e auto-organização que alcançou o apoio de grande parte da sociedade civil nacional e internacional.

A Outra, foi realizada em paralelo à campanha eleitoral de 2006, na qual competiam para ocupar a Presidência, o candidato Felipe Calderón Hinojosa – pelo Partido Acción Nacional (PAN), Roberto Madrazo – pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) e Andrés Manuel López

Obrador – pelo Partido da Revolução Democrática (PRD). Embora Andrés Manuel tenha escutado os indígenas, o Subcomandante Marcos lançou o comunicado “Um pinguim na Selva Lacandona”<sup>49</sup>, afirmando que as bases zapatistas não acreditam no projeto alternativo de nação por ele proposto. Manifestaram-se contra essa candidatura e contra toda a classe política mexicana.

A Outra Campanha zapatista teve como finalidade gerar um movimento anticapitalista, não partidário e gerador de relações políticas desde abaixo. A Outra campanha finalizou com uma brutal repressão do Estado em San Salvador Atenco, nos dias 3 e 4 de maio de 2006<sup>50</sup>.

No entanto, os e as zapatistas continuaram denunciando o assédio de organizações paramilitares, até hoje. Os dois momentos constitutivos constatados permitem compreender a estratégia do EZLN rumo à construção de autonomia. Desarticulada a via armada como caminho, inclusive desarticulando o *Frente Zapatista de Liberación Nacional* como espaço transversal de apoio político da sociedade civil, os zapatistas iniciaram uma fase de luta em outro plano, constituindo sem reconhecimento do Estado, a sua própria autonomia.

---

49 Em Revista *Rebeldía*, nro. 33. 29 de julho de 2005, DF, México.

50 Os eventos de San Salvador Atenco referem-se às consequências sociais que teve o intuito de expropriação de terras por decreto para a edificação de um aeroporto. Pagavam-se 7 pesos, ou seja, meio dólar por metro quadrado aos habitantes da zona, a cambio de suas terras. Em resistência, articulou-se o *Frente de Pueblos en defensa de la Tierra*. Em 2002 e 2003 teve mobilizações que alcançaram o cancelamento da construção do aeroporto. Logo, foi firmado um acordo com o governo que reconheceu ao *Frente de Pueblos* como administrador da zona. Ao assumir o governador Peña Nieto o *Frente* solicitou às autoridades municipais de Texcoco a licença para instalação de floristas, e a causa disso, a polícia ingressou na zona e realizou detenções arbitrárias, violações de mulheres, furtos, torturas. As forças eram comandadas por Medina Mora, procurador de justiça do governo federal. A própria Procuradoria Geral da República (PGR) julgou ação abusiva. As punições aplicadas aos militantes do *Frente Popular en Defensa de la Tierra* foram desmedidas.

## A DIALÉTICA COMO MÉTODO DE APROXIMAÇÃO

A relação que se estabelece entre o Estado e o movimento social em um momento histórico determinado encontra-se imbuída de contradições, avanços e retrocessos. Em algumas oportunidades parecera acontecer um deslocamento da intenção do Governo opressor e o efeito que pode alcançar no movimento social. Em outros termos, nada pode gerar maior temor a um Estado que a deflagração de autonomia ao interior de seu próprio território, no qual reclama o monopólio da força física. Trata-se de uma quebra desse monopólio do poder estatal e, portanto, do fim da exclusividade do controle da violência no seu território. A autonomia enquanto autodeterminação constitui uma força que quebra com a sua univocidade e irradia uma alternativa.

Analisando a suma de ações estatais é possível visualizar que quanto maior pressão, maior vontade de resistência. A reação natural de um movimento social que realizou todos os esforços necessários para estabelecer uma via de comunicação, frente à rejeição, é a realização por seus próprios meios aquilo que reclama, não só porque a sua vontade se legitima com o apoio que encontra em setores afins –também excluídos pelo Estado- mas também porque a correlação de forças a isso o conduz.

Esse sucesso encontra antecedentes em outras experiências latino-americanas. No caso da revolução cubana, por exemplo.

A acusação de Castro enquanto comunista quando oficialmente ele não era [...] não fez outra coisa que favorecer o processo que seus inimigos queriam evitar. Assim, quando Castro declarou-se comunista não fez mais que seguir as regras do jogo impostas pelo seus inimigos que colocaram o tema do comunismo no centro do debate. (ANSALDI; GIORDANO *apud* MIRES, 2012, p. 259, tradução nossa).

Um processo semelhante aconteceu quando o EZLN, em conjunto com o CNI, segundo comunicado na declaração *Retiemble en sus centros la*

*tierra*<sup>51</sup>, resolveu participar nas eleições. O documento afirma a decisão de apoiar uma candidatura feminina e indígena às eleições presidenciais do México. A proposta apenas alcançou o número de votos válidos para a legalização da candidatura, em julho de 2018, mas o conjunto de ações para viabilizá-la implicou uma renovada visibilidade do movimento, a continuidade na prática de exercício pendular de tensão e distensão com o Governo e, o sinal de que as demandas indígenas persistem. A proposta do EZLN e o CNI não consistiram em uma decisão de tomada do poder, porém em uma renovada veiculação das treze demandas históricas, que continuam tão vigentes quanto ontem.

O que propomos é a organização. Nem tanto nos preocupa chegar e sentarmos na cadeira presidencial, mas abrir esse espaço para ir organizando povos indígenas e outros setores da sociedade civil que acham importante a busca dessa outra forma de se organizar. (PATRICIO, 2017, tradução nossa).

118

Os zapatistas não aspiram à conquista do poder, eles nunca abdicaram do poder que efetivamente têm da legitimidade que não só as organizações indígenas e atores da sociedade civil nacional e internacional lhe atribuem. Tomaram o poder, a partir do seu surgimento enquanto organização.

## CRÍTICAS DAS ESQUERDAS

Se existe um tema difícil para uma conversa com militantes de partidos de esquerda e organizações sociais de diversos países de América Latina, ele é a causa zapatista. Os zapatistas fizeram uma revolução que

---

51 Comunicado conjunto del Congreso Nacional Indígena y el Ejército Zapatista de Liberación Nacional, del 14 oct. 2016. Disponible en: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2016/10/14/que-retiemble-en-sus-centros-la-tierra/>. Acceso en: 3 jul. 2017.

não se enquadra nos marcos teóricos de uma revolução clássica. Não só isso, por ter sido em um território preciso dentro de um estado sem abarcar a totalidade do país – a causa nacional –, perde para muitos, o caráter de revolução acabada.

A ideia de revolução zapatista não fica restringida ao conceito tradicional de classe que percorre a forma partida e, por conseguinte, as estratégias definidas para tomada do poder do Estado. Também não se encontra amarrada a uma necessária crise orgânica prévia, menos a segue uma proposta de uma vanguarda revolucionária. Para os zapatistas,

Trata-se de uma concepção inclusiva, anti-vanguardista e coletiva [...] não se trata da conquista do poder ou da implantação de um novo sistema social, mas de algo anterior. Trata-se de lograr construir a antessala de um novo mundo. As novas relações políticas devem cumprir três condições: a democracia, a liberdade e a justiça. Não estamos propondo uma revolução ortodoxa, mas algo muito mais difícil: uma revolução que faça possível a revolução. (MARCOS *apud* CECENÁ, 2002, tradução nossa).

119

Numa entrevista que o então subcomandante Marcos ofereceu para Julio Scherer, o prestigioso jornalista fundador do semanário mexicano *Proceso*, o *Sup* afirmava que os zapatistas consideram-se rebeldes que procuram mudanças sociais. “Não entramos na definição de revolucionário clássico. No contexto no qual surgimos, nas comunidades indígenas, não existia essa expectativa. Porque o sujeito coletivo o é também no processo revolucionário, e é quem marca as pautas” (SCHERER, 2001, tradução nossa).

A sua ideia de revolução assume assim, a construção de poder popular como desafio processual. Ainda mais, trata-se de um projeto político de criação autogestada da vida social nas comunidades. Dita autonomia é política e tem uma materialidade territorial. Os zapatistas defendem a autonomia em três escalas: comunal, municipal e regional. Trata-se da construção de outro poder, de abaixo para cima, exercido através das práticas de democracia direta e assemblearia.

A formação e o funcionamento dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ) ilustram os alcances da luta zapatista no horizonte da transformação social. Eles têm um caráter de reagrupamento territorial a partir de vários tipos de nexos históricos: a pertinência a uma etnia, os trabalhos em comum, a situação geográfica, as relações de intercâmbio. A diferencia das divisões territoriais arbitrárias dos municípios “oficiais”, os municípios rebeldes são o resultado da afinidade entre os seus habitantes. Esta ruptura coloca um desafio radical frente ao poder, em tanto desloca o conflito desde a arena política para a questão fundamental do controle do território. (ORNELAS, 2004, p. 6, tradução nossa).

Essa forma de organizar-se, parte de uma ideia profundamente arraigada à sua visão de mundo, que consiste em um amálgama de elementos próprios ancestrais, permeados pela Língua e aos diferentes costumes *tzotziles*, *tzeltales*, *tojolabalsecholes*, dentre outros grupos étnicos; e elementos marxistas, até maoístas, apreendidos e repreendidos pelos primeiros guerrilheiros que, na clandestinidade, construíram o movimento na década dos Anos de 1980. A reformulação de ambas as visões e perspectivas de mudança social, seu debate e necessária aplicação, monta uma estrutura não ortodoxa e, portanto, menos suscetível de enquadramento teórico. E ainda, que essa amálgama possa resultar numa debilidade para algumas correntes intelectuais de esquerda, é nessa construção heterodoxa que radica a capacidade de resistência do movimento.

O certo é que os zapatistas escapam à auto identificação de sujeitos que compartilham ou formam parte de uma classe. Afirmam que são parte de um contentor mais amplo no qual a classe é definida pelos homens ao viver a sua própria história. Essa definição indiferenciada coloca-o de maneira ampla na luta contra um sem número de desigualdades e carência de direitos derivados de diferentes formas de submissão. Ao mesmo tempo, liga a sujeitos de diferentes sectores de classe, com diferentes expectativas de mudança, misturando estratégias e colocando no acento não na trajetória mas na experiência concreta de luta. “Então, segundo o acordo da maioria dessa gente que vamos escutar, pois fazemos uma luta com todos,

com indígenas, operários, camponeses, estudantes, maestros, empregados, mulheres, crianças, idosos, homens, e com todos aqueles que tenham bom o seu coração e tenham a vontade de lutar para que não acabe-se de destruir e vender a nossa pátria que se chama “México” e que vem ficando entre o Rio Bravo e o Rio Suchiate, e de um lado tem o Oceano Pacífico e do outro o Oceano Atlântico” (EZLN, 2005, tradução nossa).

No entanto, outro aspecto destacado pelos críticos marxistas é a ausência de uma visão de aliança de classe trabalhadora, nos termos de uma construção de um internacionalismo. Lenin entendia que era fundamental subordinar os interesses da luta proletária em cada país, aos interesses da luta do proletariado no mundo inteiro. Porém, a vinculação que o EZLN tem assumido com a sociedade civil internacional baseia-se na solidariedade e ajuda direta, mas pouco se fundamenta nas lutas comuns compartilhadas contra opressores comuns concretos. Nesse sentido, multiplicam-se as interpretações sobre os fatores que reproduzem o estado atual das coisas, limitando a construção de uma visão de superação compartilhada de classe. É interessante recordar, que na luta os zapatistas reclamam “ser reconhecidos como indígenas e como mexicanos”. Nas suas próprias palavras,

Nós, como zapatistas, lutamos pelo socialismo o pelo que? Nós decimos: nós não sabemos por que se disse socialismo, nós queremos terra, saúde, moradia, educação, liberdade, paz, justiça, democracia, não sabemos se chama-lo de socialismo ou de paraíso. Não nos importa o nome, o que nos importa são as 13 demandas. (ZAPATISTA, 2015, p. 29, tradução nossa).

O programa de ação não é previsível, nem segue os passos de uma plataforma política, muito menos consiste na formação de uma ferramenta para centralizar as decisões do tipo partido político. A ideia de vanguarda é rejeitada. O marxismo-leninismo considera, que a missão da vanguarda é conduzir a massa sem deixar que o seu papel se limite a reflexar e



seguir o que as massas dizem ou fazem<sup>52</sup>. Os zapatistas não aceitam guiar o processo de suma de forças sociais para dirigir os tempos e as formas que assumira a mudança social. Eles entendem que a destruição do sistema capitalista ocorrerá de forma gradual, no reconhecimento e organização dos “de baixo”.

Acreditam que a destruição do sistema capitalista só realizara-se se um ou muitos movimentos o enfrentam e derrotam no seu núcleo central, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção e de cambio. As grandes transformações não começam arriba nem com fatos monumentais e épicos, mas com movimentos pequenos que aparecem como irrelevantes para o político e o analista de arriba. Os zapatistas afirmam que a história não é transformada a partir de praças cheias ou multidões indignadas senão, partindo da consciência organizada dos grupos e coletivos que se conhecem e reconhecem mutuamente, embaixo e à esquerda, construindo uma outra política (GALEANO, 2007, tradução nossa).

Frente às críticas daqueles que sugerem caminhos pretensamente corretos para a realização de uma revolução política e social, os zapatistas dão conta de que a autonomia cria, cotidianamente, as bases para o autogoverno às margens do Estado. Embora seja necessário reconhecer,

---

52 “A missão da vanguarda é, portanto, conduzir a massa. A vanguarda deixa de cumprir o seu papel se só dedica-se a refletir, a seguir o que as massas dizem ou fazem. Isto significa ir detraídas delas, deixar de guiá-las e impulsioná-las. Não obstante, ser vanguarda das massas, conduzir as massas, não significa substituir as massas. Ser vanguarda significa ser o grupo dirigente capaz de tomar as ideias justas das massas para elaborar lineamentos de ação e pronunciamentos que impulsionem as massas para a frente. A vanguarda não pode crer-se possuidora da verdade toda e elaborar detraídas de um escritório todas as suas linhas de ação sem consultar diretamente as massas e tomar em conta as suas iniciativas revolucionárias. Se isto ocorre, as massas deixam de reconhecer em estes dirigentes a sua vanguarda e eles transformam-se em uma direção burocrática que, no fundo, nada dirige. Para evitar que a vanguarda ou núcleo dirigente da classe operária deixe de cumprimentar o seu papel, é preciso que o partido e os seus membros submetam-se às críticas das massas. Os dirigentes devem recolher e impulsionar a crítica das massas em todas as organizações nas que elas participam. (HARNECKER; URIBE, 1972, p. 14, tradução nossa).

que a autonomia em alguns municípios não consegue ser total, pois o vínculo com outras comunidades e com algumas instituições do Estado, como escolas e hospitais, é preciso o desenvolvimento das autonomias demonstrar, que as propostas zapatistas não são ideais, mas horizontes de mudança enraizados no presente comunitário cotidiano. A experiência zapatista consegue ensaiar uma luta alternativa à tradição das esquerdas. O valor que dita cristalização tem é enorme, simbólica e materialmente, fundamentalmente, considerando o descrédito de vários setores críticos da esquerda que ficaram deslegitimados ou desarticulados, logo após as ditaduras militares latino-americanas. Ainda mais, em um mundo sem um Muro de Berlim, o recurso do autogoverno destaca-se como formulação renovadora da práxis política.

#### ÆPISTEME ZAPATISTA

*Trata-se de conhecer com ochuyma, que inclui pulmão,  
coração e fígado.  
Conhecer é respirar e bater. E supõe um metabolismo  
e um ritmo com o cosmos.  
Silvia Rivera Cusicanqui (2016)*

123

Uma das maiores riquezas do movimento zapatista é a sua capacidade de reflexão sobre os próprios desafios, caminhos e obstáculos. É comum se identificar com os seus comunicados, assumir como próprios os seus razoamentos sobre a conjuntura e, aliás, simpatizar com as suas formas semânticas de relato. Mas, o EZLN também publica denúncias e críticas dirigidas, uma delas se encontra orientada, exclusivamente, aos cientistas sociais.

Nas conferências intituladas '*Ni el centro ni la periferia*', de dezembro de 2007, Galeano (2007, p. 5, tradução nossa), fez um diagnóstico sobre o estado atual das Ciências Sociais. Na sua análise, comenta que na América Latina, tem primado um tipo de saber imitativo, que encontra ecos no presente.

Tem um momento em que as pautas marcavam-se a partir de um centro geográfico e daí ia se estendendo rumo a periferia, como uma pedra lançada no centro de um estanque. A pedra conceitual tocava a superfície da teoria e produzia uma série de ondas que afetavam e modificavam os distintos fazeres científicos e técnicos adjacentes.

Também, afirma que no trabalho teórico tem se alcançado um grau de absoluto distanciamento da realidade, chegando a sua negação. Nesse sentido, a neutralidade, aliás, teria implicado uma “obsessão pela higiene anti-realidade”. Os zapatistas entendem que as Ciências Sociais têm entrada na dinâmica capitalista do mundo da moda. A teoria é uma moda que tem nas teses [...], as conferências, as revistas especializadas e os livros, os substitutos das revistas de moda [...] As universidades européias e os institutos repetem a lista da moda: Paris, Roma, Londres, Nova York” (GALEANO, 2007, tradução nossa). Na mesma perspectiva, foi construindo-se a ideia que é possível transformar as relações sociais sem lutar e sem tocar os privilégios dos poderosos.

Que sustentemos que o núcleo central do domínio capitalista está na propriedade dos meios de produção não significa que ignoremos [...] os outros espaços de domínio. É claro para nós que as transformações não devem se focar só nas condições materiais. Por isso para nós não há hierarquia de âmbitos; não sustentamos que a luta pela terra é prioritária sobre a luta de gênero, nem que esta seja mais importante que a do reconhecimento e respeito a diferença. Pensamos, por outro lado, que todas as ênfases são necessárias. (GALEANO, 2007, p. 41, tradução nossa).

Por isto, a proposta zapatista compreende elementos que podem contribuir para a visualização de uma epistemologia própria. Essa episteme pode colaborar em criar metodologias e técnicas específicas de abordagem da realidade social. Uma tarefa importante consiste, então, em recu-

perar os elementos básicos, a partir dos quais se constrói teoria na Ciência Social: sujeito, tempo e espaço<sup>53</sup>.

Sobre o sujeito, os zapatistas assumem, na sua visão de mundo plural, um sujeito protagonista da história e da sua história, oposto ao considerado nas investigações tradicionais: branco, adulto, masculino, individual. Os zapatistas falam a partir de um nós, que compreende coletivos de comunidades constituídas. Trata-se de uma noção basal, a partir do qual olhar e falar da realidade. O *nós zapatista* encontra fundamentos nas formas de falar dos *tojolabales* - povos *mayas* - (LENKERSDORF, 1996, tradução nossa) que tem uma estrutura de enunciação, escuta e resposta particular, que da conta de relações recíprocas. Tratam-se de frases, afirmações e estruturas linguísticas que no ato de comunicar evidenciam complementariedade, e assim, explicam uma intersubjetividade existente entre iguais. A ideia central que descreve os modos de intercambiar ideias seria que, para eles, a comunicação é intersubjetiva, ou então não é comunicação.

O sujeito coletivo, comunitário por sua vez, forma parte de uma educação não competitiva. O conhecimento se transmite a partir de problemas reais que os aprendizes devem resolver; e, as soluções que eles encontram são desenvolvidas em grupo. A educação é participativa e a comunidade tem um papel importante nesse contexto. No caso, a cosmovisão *tojolabal* não admite uma divisão dualista da realidade em duas esferas do tipo: o sagrado e o profano. A comunidade é cósmica, indivisa e sagrada. Não tem divisão de atividades somente econômicas, religiosas, políticas ou culturais. Todas as pessoas e coisas são sagradas, todas tem coração e todas são sujeitos, mas, nem todos os corações são iguais (LENKERSDORF, 1996, tradução nossa)

Sobre o tempo. El tempo zapatista é “muy otro”. Não se parece com a linha temporal com a qual desenhamos uma trajetória histórica:

---

53 A episteme zapatista, em particular é o tema de um livro em processo de elaboração que aborda os pontos centrais das cosmovisões dos povos indígenas -choles, tojolabales, tzotziles, tzeltales, mames- que confluem no EZ.

em etapas, evolutiva, teleológica, orientada ao progresso. Existem tempos diferentes e se correspondem com os ciclos da Natureza.

Os *choles*, o *winik*, explicam a sua existência e passo pelo mundo, a partir do milho, alimento sagrado, origem e fim da vida. Os *choles* mantêm relação de longa data com o povo *tzeltal* da região dos Altos de Chiapas e, com os *tzotziles*, com quem tem modos de trabalho e produção semelhantes. Ainda quando a desposessão da terra foi a razão principal de estreitamento de relações entre os povos *choles*, *tzeltales* e *tzotziles*, o grau de marginalização e as condições de vida precárias subsequentes uniram os seus vínculos (DE VOS, 1994, tradução nossa)

Nas comunidades autônomas zapatistas, desde antes do amanhecer, as mulheres trituram os grãos molhados durante a noite para fundi-los - com cal e farinha - e amassar as tortilhas. Logo, se cozinham em um *comal*, guardam e separam o milho para o *pozol*, o bolo de farinha grossa dissolvido em água, o alimento na *milpa*, onde a terra é trabalhada para obter feijão. O milho é colhido e na sua abundância, armazenado para quando a terra não der o necessário. Em tempos de celebração, nada como o trabalho comunitário de elaboração de *tamales*. O milho guarda-se, cuida-se, utiliza-se para alimentar os animais de cuidado e compartilha-se. A temporalidade é própria, alheia ao trabalho assalariado. Trata-se de um ciclo contínuo, que respeita a Natureza e o seu devir. Tempo de fricção, de árduo trabalho para trabalhar a terra e preparar a plantação. Tempo de limpa, de cuidado e espera. Tempo de colheita, de planificação do transporte e preparação do armazenamento. Festa do milho novo, de colheita e abundância. O monte, a água, a nuvem, o animal, a terra, o vento, têm funções específicas, com tempo próprio, em harmonia. Não há espaço social comunitário, não rodeado de *milpas*, o milho é constitutivo e constituinte.

Em vários comunicados zapatistas (EZLN, 2014, tradução nossa) menciona-se o Outro Tempo, uma temporalidade que vai contracorrente e deslocada da nacional-estatal, de calendários e geografias ocidentais, predominantemente urbanas. O EZLN não somente recupera as tradições indígenas de um tempo que segue os tempos da natureza, de ida e volta na

toma de decisões e respeito ao silêncio, mas também um tempo em que é possível se encontrar com o Outro. Esse Outro é as vezes o indígena, as vezes o postergado, o diferente.

Sobre o espaço. O território é para os zapatistas uma construção na qual dialogam o passado e futuro para dar sentido a um presente de práxis da autonomia. Na comunidade, o território é uma categoria com profundo caráter simbólico que se expressa em rituais, práticas cotidianas, na relação com a Natureza. O território implica um vínculo indissolúvel com os antepassados, o uso medicinal de ervas e plantas, o passar do tempo, os cultivos e os astros, os costumes e o conhecimento a elas inerente.

A luta pela terra em particular é uma causa fundante da mobilização dos e das camponesas de Chiapas, assim como, da sua participação em atividades e debates políticos. *Osejidos*, as organizações de *ejidos* e as autoridades que desta organização derivam-se como os comissários *ejidales* e as assembleias *ejidatarias*, constituíram atores centrais no conhecimento das relações sociais que se frugam nas comunidades e, ao mesmo tempo, converteram-se em canais de comunicação entre regiões rurais distantes que atravessam situações de precariedade semelhantes. O seu agrupamento, conhecimento mútuo e ativação colaboraram no final dos regimes de fincas, como forma de organização tradicional, conservadora e excludente e, com a aprendizagem das formas de politização desejada pelos indígenas.

127

## CONCLUSÃO

A concepção do tempo, do espaço e do sujeito para os povos que conformam o EZLN tem profundas raízes que expressam respeito aos processos próprios de cada comunidade e de harmonia com os ciclos da Natureza. Os povos *mayas* desenvolveram a sua cultura em relação com o milho, e assim, o fizeram também as comunidades indígenas que os sucederam. A epistemologia dos zapatistas recolhe esses elementos e, ao serem recuperados e colocados em movimento, permitem mostrar os limites da nossa visão sobre a realidade social. Os intentos de diálogo com o Gover-

no, a crítica das esquerdas e a denúncia que os zapatistas realizam a produção das Ciências Sociais contemporâneas permitem explicar o âmbito restringido das nossas iniciativas e os desafios que nos restam. Há muito que aprender das cosmovisões indígenas ainda, muito que escutar desde o âmbito dos claustros acadêmicos.

A episteme zapatista exige um compromisso da teoria com a prática, com a experiência concreta dos sujeitos sociais, com a honestidade acabada, com a sinalização das causas, fatores e desencadeantes. Trata-se da construção de um saber edificado ao calor da realidade, de denúncia, criando conceitos úteis, comunicáveis na Língua de quem experimenta essa realidade.

Surgirão mais perguntas que respostas acabadas, fechadas e, logicamente, coerentes, sem dúvida. Ali radica o desafio, a potência epistêmica, a potencia criadora de outros mundos, teórica e, praticamente possíveis, mas também, quem sabe, algum dia, eleitoralmente realizáveis.

## REFERÊNCIAS

128

AUBRY, A. **Chiapas a contrapelo**: una agenda de trabajo para su historia en perspectiva sistémica. Chiapas Contrahistorias-Centro de Estudios, Información y Documentación Immanuel Wallerstein-CIDECI, 2005.

CALDERON, H. F. Declaración en Chiapas. **Canal Youtube**, 18 out. 2011. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=NAMEhCDJZ90>. Acceso en: 10 oct. 2016.

CECEÑA, A. E. No es necesario conquistar el mundo, basta con que lo hagamos de nuevo nosotros hoy. **Revista Chiapas**, n. 13. 2002. Disponible en: <http://www.revistachiapas.org/No13/ch13cecena.html>. Acceso en: 3 nov. 2016.

DE VOS, J. **Una tierra para sembrar sueños**: historia reciente de la Selva Lacandona, 1950-2000, México: FCE-CIESAS, 1994-2002.

EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. Entre la luz y la sombra, comunicado zapatista, 25 de mayo de 2014. Disponível em: <http://enlacezapatista-ezln.org.mx/2014/05/25/entre-la-luz-y-la-sombra/>. Acceso em: 21 jan 2019.

EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. **Primera declaración de la Selva Lacandona** 1994. Disponible en: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acceso en: 12 dic. 2017.

EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. **Sexta declaración de la Selva Lacandona** 2005. Disponible en: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/sds/es/>. Acceso: 14 ene. 2017.

FAZIO, C. **La emboscada, el desgaste militar y los derechos humanos** la realidad latinoamericana. Disponible en: <https://clasefazio.wordpress.com/>. Acceso: 3 nov. 2016.

GALEANO, S. I. M. Ni el centro ni la periferia. *En*: CONFERENCIAS DEL PRIMER COLOQUIO INTERNACIONAL ANDRÉS AUBRY IN MEMORIAM. 2007, San Cristóbal de las Casas. **Anais**, San Cristóbal de las Casas, dic. 2007. Disponible en: <http://seminarioscideci.org/1er-coloquio-2007>. Acceso en: 14 ene. 2018.

GOMEZ, M. Los de San Andrés bajo la sombra de la razón de Estado. **La Jornada**, 16 feb. 2010. Disponible en: [www.jornada.unam.mx/2010/02/16/opinion/017a1po](http://www.jornada.unam.mx/2010/02/16/opinion/017a1po). Acceso en: 14 ene. 2017.

HARNECKER, M.; URIBE, G. 1972. El partido: vanguardia del proletariado, ¿cómo luchar por el socialismo? **Cuadernos de Educación Popular** Chile, n. 8, 1972.

LENKERSDORF, K. **Los hombres verdaderos**: voces y testimonios tojolabales. México: SXXI, 1996.

MIRES, F. **América Latina**: la construcción del orden. Buenos Aires: Ariel, 2012. Tomo II.

MOISÉS, S. I. **Economía política desde las comunidades I y II, en El pensamiento crítico frente a la hidra capitalista**. Documentos del EZLN. Disponible en: [www.enlacezapatista.org](http://www.enlacezapatista.org). Acceso en: 8 nov. 2017.

ORNELAS, R. La autonomía como eje de la resistencia Zapatista. Del levantamiento armado al nacimiento de los caracoles. *En* : CECEÑA, A. E. (comp.). **Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

PATRICIO, M. J. Marichuy, la candidata zapatista que va contra un virus. *Jornal El Universal*, 18 junio 2017. Disponible en: <https://www.eluniversal.com.mx/articulo/estados/2017/06/18/marichuy-la-candidata-zapatista-que-va-contra-un-virus>. Acceso en: 21 jan. 2019.

RIVERA CUSICANQUI, S. Chhixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. *In* : YUPI, M. (comp.). **Modernidad y pensamiento descolonizador**: memoria del Seminario Internacional. La Paz: PIEB, 2006.

SCHERER, M. J. La entrevista insólita: Marcos Julio Scherer en 2001. *Revista Proceso*, México, 10 mar. 2001. Disponible en: <https://aristeguinoticias.com/3012/mexico/la-entrevista-insolita-marcos-julio-scherer-en-2001/>. Acceso en: 15 de marzo de 2018.



TAPIA, L. Política salvaje, la paz, muela del diablo-comuna. *In*: SECRETARÍA DE GOBERNACIÓN. Comisión para el Dialogo con los Pueblos Indígenas de México. **Síntesis de Acuerdos**, 2008. Disponible en: [www.cdpim.gob.mx/v4/06\\_chiapas\\_sandres.html](http://www.cdpim.gob.mx/v4/06_chiapas_sandres.html). Acceso en: 15 mar. 2018.

ZAPATISTA, O. Cuadernillo de texto de primer grado del curso **La libertad según los Zapatistas**, Gobierno autónomo 1. 2015. Disponible en: <http://sexta-azca.potzalco.blogspot.com.br/2013/09/descarga-los-cuadernos-de-texto-de-la.html>. Acceso en: 14 ene. 2017.

ZAVALETA, M. R. **Lo nacional popular en Bolivia**. México: Siglo XXI, 1986.

## SOBRE AS AUTORAS E AUTORES

Augusto Marcos Fagundes Oliveira

Licenciado e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1987/88), mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2002), doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015). Professor na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Coordenador de curso de Ciências Sociais (2016-2018) da UESC, membro do Comitê de Estímulo à Internacionalização da Universidade Estadual de Santa Cruz; atua nas áreas de Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia, principalmente nos seguintes temas: identidade, educação, religião, etnohistória, deslocamentos e diáspora afroameríndia, teatro, teoria pós-colonial, estudos subalternos, homocultura, preconceito.

Berenice Gomes da Silva

Doutoranda em Políticas Públicas pela UFMA (2017-2020); Bolsista FAPEMA (2017- 2019); Mestre em Sociologia - UnB (2008); Especialista em Ciência da Informação - UFMA (1999), Graduada em Biblioteconomia UFMA (1997). Atuou como Docente no Departamento de Biblioteconomia da UFMA, em dois momentos: 2014 - 2015 e 1999 - 2000; Docente na Faculdade Pitágoras em São Luís (2013-2014) e Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (1999-2000). Membro do GEPOLIS/UFMA: Grupo de Estudo em Política, Lutas Sociais e Ideologia.

Davide Giacobbo Scavo

Possui graduação em Ciência Política - Università degli Studi di Roma La Sapienza (1997), mestrado em ciências políticas - Università degli Studi di Roma La Sapienza (2001), mestrado em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2010) e doutorado em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2013). Atualmente é professor de Ciência Política do Curso de Ciências Sociais e do Mestrado em Sociologia da UFGD. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase: nas teorias democráticas, teorias do Estado, história da democracia e do liberalismo, socialismo e marxismo.

### Esmael Alves de Oliveira

Professor Adjunto, em regime de dedicação exclusiva, do curso de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAS/UFMS). Possui graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2007); Especialização em Antropologia - UFAM (2008); Mestrado em Antropologia Social - PPGAS/UFAM (2009); Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina - PPGAS/UFSC (2014), com estágio doutoral na Universidade Eduardo Mondlane (UEM/Moçambique). Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER/UFSC) e ao Grupo de Pesquisa sobre Justiça, Multiculturalismo e Sociedade (DIVERSO/UFGD). Membro do Comitê de Antropologia Visual da Associação Brasileira de Antropologia - ABA (Gestão 2015-2016).

### Guillermo Alfredo Johnson

316

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996), é Mestre (1999) e Doutor (2006) em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Até meados de 2018 foi Professor da Universidade Federal da Grande Dourados, atualmente é Professor Associado na Universidade Federal do Maranhão. Realizou Pós-doutorado em Ciências Sociais na UNESP/ Marília (2016) e foi Professor Visitante na Universidade Autônoma de México (2016). Tem lecionado e pesquisado principalmente nos seguintes temas: Estado, políticas públicas e política latino-americana. Suas últimas produções focalizam discussões em torno do Estado e das Políticas Públicas, a questão democrática e os movimentos sociais, sempre considerando aspectos da Política Internacional, particularmente relacionadas com a inserção da América Latina no cenário internacional.

### Hildete Pereira de Melo

Professora Associada da Faculdade de Economia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social e do Núcleo de Gênero e Economia da

Universidade Federal Fluminense. Editora por doze anos da Revista Gênero/UFF (2004-2016), gestora na Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (2009-2010 e 2012-2014).

Ilse Gomes Silva

Possui mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (1996) e doutorado em Ciências Sociais-Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Maranhão, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estado e Ideologia, atuando principalmente nos seguintes temas: estado, movimentos sociais, políticas públicas, democracia e lutas sociais. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) e coordenadora do Grupo de Estudos de Política, Lutas Sociais e Ideologias (GEPOLIS).

Jair Pinheiro

Possui doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Atualmente é efetivo da Universidade Estadual Paulista Campus Marília. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política, atuando principalmente nos seguintes temas: ONGS, terceiro setor e neoliberalismo, questão habitacional, ideologia; sujeito, propina, administração, estado e políticas públicas.

317

Joana Aparecida Coutinho

Graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987), mestrado em Ciências Sociais: Sociologia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Ciências Sociais: Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Atualmente, professora Associada I na Universidade Federal do Maranhão. Coordena o Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais, vinculado ao Programa de Políticas Públicas, e também o Grupo de Estudos de Hegemonia e Lutas na América Latina. É pesquisadora do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. Tem experiência na área

de Ciência Sociais com ênfase em Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: ongs, movimentos sociais, sociedade civil, Estado, ideologias, classes sociais e lutas de classes.

Maria Mary Ferreira

Professora Associada do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA. Graduada em Biblioteconomia (1981); Possui Especialização em Organização de Arquivos pela USP (1991), Especialização em Metodologia do Ensino Superior (UFMA, 1995); Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (1999) e; Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (2006). Fez Estágio doutoral na Universidade de Coimbra em Portugal. É autora dos livros: Vereadoras e Prefeitas: ação política e gênero (2015); Os Bastidores da Tribuna: mulher, política e poder no Maranhão (2010); As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas (2007); e organizadora das publicações: Mulher, Gênero e Políticas Públicas (1999); Gênero, Política e Poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste. (EDUFMA, 2012); Conhecimento feminista e relações de gênero. (EDUFMA, 2012) e Livro, Leitura e Bibliotecas em tempos sombrios (2017).

Marinalva Sousa Macedo

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFMA). Possui Mestrado em Políticas Públicas e graduação em Comunicação Social/Relações Públicas pela Universidade Federal do Maranhão, pós-graduação, Lato Sensu, em Docência e Pesquisa no Ensino Superior pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade São Luís. Atualmente é assessora de comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, atuando como Relações Públicas. Foi professora substituta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão.

Priscila Pereira da Costa

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFMA). Possui Mestrado em Políticas Públicas e graduação em

Comunicação Social/Relações Públicas pela Universidade Federal do Maranhão, pós-graduação, Lato Sensu, em Docência e Pesquisa no Ensino Superior pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade São Luís. Atualmente é assessora de comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, atuando como Relações Públicas. Foi professora substituta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão.

#### Renata Gonçalves

Professora da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, desde outubro de 2010. Coordena, desde 2011, o Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti - Gênero, Sexualidades, Feminismos - juntamente com a Prof<sup>a</sup>. Cristiane Gonçalves. A partir de 2012, iniciou o Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares: análise da questão racial no Brasil, hoje em parceria com o Prof. Devison Nkosi Faustino. É doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2005), com estágio de doutorado na École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris; Mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999) e graduação em Serviço Social pelo Institut Cardijn (1992) - Bélgica.

#### Victoria Inés Darling

Es profesora e investigadora de la Universidade Federal da Integracao Latino-americana. Posee un Doctorado en Ciencias Políticas y Sociales por la Universidad Nacional Autónoma de México (2012), una Maestría en Estudios Latinoamericanos por la misma Universidad y Licenciatura en Ciencia Política por la Universidad de Buenos Aires (UBA). Su orientación académica preferencial remite al estudio de los movimientos sociales en América Latina.